



Relatório anual 2024





Missão

Contribuir para a construção de uma sociedade democrática e atuante em favor de alternativas ao atual modelo de desenvolvimento, buscando sempre por justiça ambiental e universalização de direitos sociais, econômicos, culturais, civis e políticos como condições iniciais para a inclusão de grande parte da população brasileira ainda em condições de desigualdade.

Objetivos

Avançar na construção de um campo político crítico ao projeto desenvolvimentista dominante, contribuindo para a disputa coletiva por um Brasil fundado na democracia substantiva e na sustentabilidade socioambiental. Só a mobilização social e política da sociedade brasileira é condição e meio para a garantia e o fortalecimento dos direitos humanos, de uma nova agenda de proposição de alternativas ao modelo de desenvolvimento, das políticas públicas, por meio de novas práticas de controle e da participação social para a melhora de vida da maioria da população.

Principais ODS



Causas

O plano trienal organiza a atuação da FASE a partir de quatro grandes causas visando maior integração entre as equipes de trabalho e uma leitura mais global das questões e impasses gerados pelo modelo de desenvolvimento adotado no Brasil. São elas: Direito à Cidade com Justiça Socioambiental; Promoção da Soberania, da Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) e da Agroecologia; Promoção da Justiça Ambiental, defesa dos Bens Comuns e dos direitos territoriais; e Organização de mulheres como sujeitas de direitos.

Equipe



Luiza de Marillac Melo
luiza@fase.org.br



André Araripe
andre.araripe@fase.org.br



Flávio Souza
flavio.silva@fase.org.br



Maria Sulamita



Rosimere Nery
mere@fase.org.br



Sarah Vidal
sarah.vidal@fase.org.br

FASE PERNAMBUCO

BENEFICIÁRIAS/OS DIRETAS/OS

1.025
Mulheres



350
Famílias



102
Jovens
mulheres e
homens



PARCERIAS

41

parcerias mantidas ou
construídas a partir de
projetos, ações e apoios



NOVAS/OS SEGUIDORAS/ES

103 inscritos em lista
de transmissão



OUTROS/AS BENEFICIÁRIOS/AS DIRETOS/AS

09 Grupos
populares



PÚBLICO PARTICIPANTE EVENTOS/ATIVIDADES

1.353 entre
mulheres e
homens



TERRITÓRIOS



28

territórios acompanhados pela FASE PE
implementam práticas coletivas de gestão
e proteção territorial adaptação às
mudanças climáticas no campo, nas
florestas e nas cidades

04

hortas comunitárias geridas
por mulheres, de maneira
agroecológica lideranças
urbanas acompanhadas

PRESENÇA PÚBLICA DA FASE PE

- 4** AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
- 18** SEMINÁRIOS
- 4** ATOS PÚBLICOS



ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

13 GESTÃO/COORDENAÇÃO
INSTITUCIONAL

13 FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL



ONDE ESTAMOS

ARTICULAÇÃO DE AGROECOLOGIA E AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA DA RMR (AUP RMR)

Incide em políticas públicas que promovam a soberania, a segurança alimentar e nutricional por meio da agricultura de base agroecológica e da pesca artesanal, a produção de alimentos saudáveis, a função social de áreas abandonadas e devolutas, a gestão de resíduos sólidos, a recuperação ambiental e enfrentamento às mudanças climáticas. É formada por coletivo e ONGs.

ARTICULAÇÃO RECIFE DE LUTA (ARL)

Formada por organizações não-governamentais, movimentos sociais, coletivos de pesquisa e ação, e indivíduos comprometidos com a construção de uma Recife mais justa, democrática, com igualdade de direitos e oportunidades para a sua população.

ARTICULAÇÃO DA PESCA ARTESANAL DE RECIFE E OLINDA





FÓRUM DE MULHERES DE PERNAMBUCO (FMPE)

Atua na defesa dos direitos humanos e de melhores condições de vida para as mulheres de Pernambuco, coordenando ações em três frentes: participação política feminista; ações pelo fim da violência contra a mulher; saúde e direitos reprodutivos e sexuais.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES PESCADORAS DE PERNAMBUCO - ANP/PE

Organização nacional fundada em 2006 por mulheres pescadoras de todo o Brasil. A ANP surgiu da necessidade de fortalecer a luta das pescadoras por seus direitos e reconhecimento, que historicamente foram marginalizadas no setor pesqueiro.

ABONG - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ONGS

A Abong – Associação Brasileira de ONGs é uma associação nacional criada em 1991 com o objetivo de fortalecer as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) brasileira que trabalham na defesa e promoção dos direitos e bens comuns.

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DO RIO TEJIPIÓ

Busca propor soluções para os problemas socioambientais do curso de água da Bacia do Tejipió, especialmente agravados durante o período de chuvas. Com 20 quilômetros de extensão, o Rio Tejipió nasce em São Lourenço da Mata e atravessa os municípios de Recife e Jaboatão dos Guararapes.





CAMPANHA LEVANTE FEMINISTA CONTRA O FEMINICÍDIO, LESBOCÍDIO E TRANSFEMINICÍDIO

A Campanha em Pernambuco é formada por 35 ONGs e coletivos feministas e de mulheres com o objetivo de denunciar a gravidade do feminicídio e exigir o compromisso dos governos na criação de políticas públicas que previnam, protejam e acolham as mulheres, além de investigar e punir os agressores.

FOJUPE - FÓRUM DE JUVENTUDE DE PERNAMBUCO

Composto por jovens rurais e urbanos, quilombolas e indígenas e população LGBTQI, oriundos do Sertão, Agreste, Zona da Mata e Região Metropolitana do Recife (04 Regiões de Desenvolvimento do Estado), representações de mais de 50 coletivos/grupos/organizações juvenis e de apoio às juventudes. O Fórum das Juventudes de Pernambuco se propõe a ser um espaço de adesão, autogestionado da juventude e para a Juventude pernambucana.

NOSSOS PROJETOS

Costurando Moda com Direitos

Parcerias: Grupo Espaço Mulher Passarinho, Acooperarte, Cepas, Cidadania Feminina, Coletivo Casa Lilás, Grupó Cactos, Rede de Mulheres Produtoras do Recife e RMR, Mulher, Art e Ação

Resultado da parceria entre a FASE, através do Fundo Labora, que visa diagnosticar, visibilizar e incidir na melhoria das condições de vida e trabalho das mulheres inseridas na cadeia da moda, fortalecendo os grupos de mulheres como produtoras de conhecimento e sujeitos políticos na luta por seus direitos.

Apoio:



Direito à cidade: resistindo e enfrentando as desigualdades no Recife (PE)

Apoio a iniciativas coletivas de defesa do direito à cidade com justiça socioambiental, visando fortalecer mulheres e jovens no enfrentamento às desigualdades urbanas. Nesse contexto, tem sido construída uma agenda de participação popular, estabelecendo parcerias com organizações, articulações e movimentos sociais interessados nas políticas urbanas na cidade do Recife.



Fortalecendo mulheres e suas práticas coletivas de direito à cidade com justiça socioambiental

Parcerias: Caranguejo Tabaiaras Resiste, Ação Comunitária Caranguejo Uçá, MTST Pernambuco

Apoia mulheres de periferias urbanas do Recife para acessarem o direito à cidade, à soberania, segurança alimentar e nutricional, e à justiça socioambiental, protagonizando mudanças significativas que beneficiam suas vidas e suas comunidades.



O QUE FAZEMOS

Direito à Cidade com Justiça Socioambiental

Incidência em Políticas de Prevenção e Reparação de Desastres Socioambientais

No campo da incidência por políticas de prevenção e reparação de desastres socioambientais, a FASE Pernambuco mediu um conjunto de reuniões com a Prefeitura do Recife (Urb, Emlurb e Secretaria do Meio Ambiente) para debater a priorização de serviços públicos adequados e a implementação de ações de requalificação ambiental no Canal do ABC. Essa intervenção faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento na Comunidade das Flores (PAC Drenagem 2012).

As obras avançaram no primeiro semestre de 2024, contando com o acompanhamento de uma comissão local de fiscalização, impulsionada e qualificada por meio de ações formativas promovidas pela FASE. Atualmente, a organização segue mediando espaços de diálogo entre a comunidade e a gestão municipal para garantir a retomada das obras, paralisadas desde o período eleitoral.

Acompanhamento da Comunidade Sapo Nu e Incidência em Políticas de Redução de Riscos

A FASE PE acompanhou a situação da Comunidade Sapo Nu, fortemente impactada pelas chuvas severas de 2022, que, até o início de 2024, não havia recebido benefícios de reparação de danos nem contava com intervenções públicas para redução de riscos ou adaptação climática.

Atendendo à demanda da comunidade, a organização apoiou a mobilização local e atuou junto à Prefeitura do Recife (Promorar e Defesa Civil) para buscar soluções. A situação foi denunciada nas atividades da Frente Parlamentar do Rio Tejiipió na Alepe, e foram realizados levantamentos de reconhecimento do território e duas reuniões plenárias com os moradores para aprofundar o diagnóstico das demandas locais.

Essa atuação resultou na abertura de diálogo com a Defesa Civil do Recife, inicialmente para a criação de um Núcleo Comunitário de Proteção e Defesa Civil (NUPDEC) em Sapo Nu.



O processo avançou para a construção de uma **estratégia colaborativa entre agentes públicos e privados, organizações da sociedade civil e os próprios moradores, visando a implementação de medidas de contingência para o período chuvoso de 2025 (abril a julho).**

Como resultado, a FASE propôs e está coordenando a **elaboração de um Plano de Contingência (PLANCON) específico para a comunidade – uma iniciativa inédita no Recife, voltada para a gestão de riscos socioambientais em territórios vulneráveis.**

Já dentro do PLANCON, foram implantadas duas ecobarreiras antes do pontilhão, permitindo o bloqueio de resíduos, a coleta de materiais recicláveis com valor comercial por catadores(as) da comunidade e a remoção dos demais resíduos pela Autarquia de Manutenção Urbana do Recife (EMLURB).

Espera-se que, gradualmente, a presença de resíduos no leito do rio seja reduzida, impulsionada pela ação contínua de educação ambiental.

Paralelamente, a **implantação das ecobarreiras tem sido acompanhada pela estruturação de uma rotina de coleta e pela erradicação de pontos críticos de descarte irregular de resíduos sólidos nas margens do rio Tejiipió.** Essa iniciativa é resultado de um intercâmbio com a ONG Voz do Rio, de Mafra (SC), onde um educador social da FASE recebeu treinamento para a implantação da tecnologia social das ecobarreiras.

Acompanhamento do Programa "Morar Bem Pernambuco" e Monitoramento da Política Habitacional

Em 2024, a FASE Pernambuco intensificou sua atuação no acompanhamento do Programa "Morar Bem Pernambuco", incorporando essa agenda à participação nas atividades da Frente Parlamentar em Defesa da Moradia Popular em Pernambuco (ALEPE). Essa atuação permitiu a **apropriação de dados e informações sobre os seis eixos de intervenção do programa, contribuindo para o monitoramento de políticas habitacionais no estado.**

No âmbito municipal, acompanhamos a implementação da política municipal de habitação, com destaque para a **fiscalização da contratação de unidades do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), do Governo Federal, com ênfase em no chamamento público para a construção de 912 novas unidades habitacionais destinadas a famílias de baixa renda e no projeto do Habitacional Caranguejo Tabaiaras, analisando os parâmetros urbanísticos e arquitetônicos dos empreendimentos contratados pelo MCMV e sua adequação aos padrões de qualidade socioespacial e ambiental.**

Monitoramento do ProMorar - Programa de Requalificação e Resiliência Urbana em Áreas de Vulnerabilidade Socioambiental

Mantivemos sua atuação na Articulação Recife de Luta (ARL) para monitorar e incidir sobre o Programa de Requalificação e Resiliência Urbana em Áreas de Vulnerabilidade Socioambiental – ProMorar Recife (Prefeitura do Recife/BID), diante do risco de remoção de 3 mil famílias de áreas classificadas como de risco.

As principais ações desenvolvidas incluíram:

- Análises e Monitoramento: estudo dos marcos regulatórios do Programa e escuta das comunidades impactadas.
- Formação e Mobilização: realização de oficinas sobre o ProMorar com 30 lideranças evangélicas na bacia do rio Tejipió, em parceria com o Fórum Popular do Rio Tejipió, Cendhec e Instituto Transformar.
- Intercâmbio: troca de experiências com organizações da sociedade civil sobre o Programa João Pessoa Sustentável, que compartilha características similares ao ProMorar.

Como resultado desse trabalho, foi **elaborado um dossiê de denúncias destacando falta de transparência, baixa participação comunitária e risco de remoções forçadas sem reassentamento adequado**. O documento subsidiou uma **denúncia formal ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e à Defensoria Pública do Estado**, resultando na abertura de um procedimento investigativo e na realização de audiências públicas.

A organização também atuou na construção de **propostas habitacionais para reassentamento de famílias de áreas ribeirinhas, considerando soluções adequadas ao entorno das ZEIS, como no caso do Jardim Uchôa, onde entre 300 e 500 moradias serão removidas para a implantação de um parque linear alagável. As propostas serão apresentadas ao MPPE em 2025 como alternativa às indenizações e reassentamento em grandes conjuntos habitacionais distantes das comunidades.**

Além disso, a FASE PE incidiu para garantir **transparência na intervenção na comunidade Sapo Nu, às margens do rio Tejipió**. Diante do anúncio da remoção total das moradias para a criação de uma bacia de retenção, iniciou-se um processo de **mobilização comunitária com apoio da organização, reforçando a necessidade de soluções de reassentamento no entorno imediato, evitando deslocamentos para regiões distantes.**



Seminário e Workshop sobre Soluções para Comunidades Ribeirinhas

A FASE realizou o Seminário e Workshop “Soluções e Inovações para Comunidades Ribeirinhas do Recife”, com foco na adaptação dessas comunidades aos eventos climáticos extremos, utilizando Soluções Baseadas na Natureza (SBN).

Esse processo, que envolveu relações institucionais, participação e promoção de espaços formativos, possibilitou um **aprofundamento crítico sobre as SBN, alinhando o posicionamento institucional da organização ao de outras organizações e redes parceiras.**

Durante o Workshop, **a FASE Pernambuco se posicionou de forma contundente sobre os limites da implantação de parques lineares e jardins filtrantes no Recife.** A partir de visitas de campo e da visibilização pública das críticas na mídia local, o debate ganhou boa repercussão e gerou uma forte reação da Prefeitura do Recife, evidenciando a **necessidade de maior transparência e diálogo sobre essas intervenções.**

Incidência em Políticas de Adaptação Climática

Participamos das escutas do Plano Clima-Adaptação, promovidas pelo Ministério do Meio Ambiente, e **acompanhou as proposições e votações da sociedade na plataforma Brasil Participativo.**

No âmbito legislativo, por meio da Rede por Adaptação Antirracista, **monitorou a tramitação do Projeto de Lei 4.129/2021, que estabelece normas para a formulação de planos de adaptação às mudanças climáticas, com atuação na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados.**

Já no final do ano, contribuimos para a **construção de referenciais metodológicos para Planos Comunitários de Redução de Riscos e Adaptação Climática (PCRA), por meio de uma oficina realizada pela Secretaria Nacional das Periferias/Ministério das Cidades.**



Ocupe Estelita +10

Entre maio e junho, a FASE participou das mobilizações do Ocupe Estelita +10, promovidas pelo Movimento Ocupe Estelita em comemoração aos 10 anos da ocupação do Cais José Estelita. O evento teve como objetivo lembrar e **fortalecer a luta contra a demolição ilegal dos armazéns de açúcar e a construção de um grande empreendimento imobiliário na região.**

A programação incluiu debates e eventos públicos descentralizados, reunindo organizações, movimentos sociais e a sociedade civil para discutir o modelo de produção e ocupação do espaço urbano. As discussões enfatizaram os impactos da especulação imobiliária e das políticas urbanas que promovem a remoção de famílias de baixa renda sob justificativa de obras públicas de interesse social, mas que, na prática, atendem aos interesses do mercado imobiliário.

Contribuição para o Mapa das Periferias e Participação no IV UrbFavelas

Participamos da elaboração do Mapa das Periferias, uma plataforma interativa que sistematiza dados e informações sobre as demandas e potencialidades das periferias brasileiras. **O Geoportal resultante dessa iniciativa fortalece o desenvolvimento socioterritorial das comunidades, amplia a visibilidade das iniciativas locais e a luta por justiça social, além de subsidiar a formulação de políticas públicas estruturantes para os territórios periféricos.**

A ausência dessas políticas foi tema central do IV Congresso Internacional de Urbanização de Favelas - IV UrbFavelas, no qual a organização esteve presente com a **apresentação do artigo “(Des)Política habitacional ou a Promoção de Infraestrutura como Máquina de Despejos no Recife: Barreiras e Oportunidades para a Resistência”** (veja na página XX).



Direito à Cidade com Justiça Socioambiental

Atuação na Política de Segurança Alimentar e Agricultura Urbana

Em 2024, a FASE teve participação ativa na Articulação de Agroecologia e Agricultura Urbana e Periurbana da Região Metropolitana do Recife (AUP RMR) e **promoveu o Seminário de Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) e Justiça Socioambiental**. O evento destacou a insegurança alimentar na região e analisou a implementação de políticas e programas de combate à fome em Recife e Pernambuco.

Além disso, a instituição avançou na construção de uma abordagem metodológica para assessoria e acompanhamento técnico de hortas comunitárias, com enfoque agroecológico, dialógico e territorializado. Essa iniciativa busca fortalecer coletivos periféricos, promovendo o direito à SSAN, os direitos das mulheres e demais direitos fundamentais que sustentam e transversalizam as Causas da FASE.

Incidência na Política de Agricultura Urbana

Em 2024, a Política de Agricultura Urbana não avançou nos âmbitos estadual e municipal. No entanto, a Articulação de Agroecologia e Agricultura Urbana e Periurbana da RMR (AUP RMR), por meio do GT Formação e Comunicação, definiu uma estratégia de incidência para as eleições municipais. A iniciativa envolveu a formação política de participantes e resultou na **atualização da Carta Compromisso, que obteve a adesão de 15 candidatas/os ao legislativo e ao executivo municipal**. Posteriormente, as diretrizes da Carta foram transformadas em propostas de Projetos de Lei, Emendas Parlamentares e Audiências Públicas, sendo acolhidas por três vereadoras eleitas: duas em Recife (PT e PSOL) e uma em Olinda (PT).



***“A horta é um pouco de esperança de
segurança alimentar, de termos o que
comer lá na frente”,***

Ana Mirtes Ferreira, integrante da Poupança
Comunitária, moradora da ZEIS Ilha de Deus



Construção dos Planos Territoriais de Defesa da Justiça Socioambiental

Ao longo de 2024, a FASE promoveu encontros com representantes das ZEIS Caranguejo Tabaiares e Ilha de Deus, da Comunidade das Flores e da Ocupação Aliança com Cristo, com o objetivo de **alinhar compreensões e construir subsídios para a elaboração dos Planos Territoriais de Defesa da Justiça Socioambiental.**

As discussões abordaram conceitos-chave como território comunitário, planejamento territorial e justiça socioambiental, permitindo a sistematização de informações sobre cada território, considerando:

- Caracterização territorial: limites, aspectos físico-ambientais e infraestrutura;
- Uso e ocupação: domínios, organizações e formas de uso do espaço;
- Injustiças socioambientais: impactos e desafios enfrentados pelas comunidades;
- Ações estratégicas: iniciativas já implementadas ou planejadas para fortalecer a justiça socioambiental.

Com base nesses debates, cada território organizou e consolidou:

- **Diagnósticos e estudos já existentes;**
- **Análise da situação socioambiental local;**
- **Mapeamento de planos e políticas em andamento;**
- **Priorização de ações estratégicas para enfrentar as injustiças socioambientais.**

Caranguejo Tabaiares: requalificação do acesso à horta comunitária e arborização de trecho do canal do Prado que corta a comunidade, nas imediações do campo de futebol;

Ilha de Deus: requalificação de trecho da Área de Preservação Permanente da Ilha, com implantação de arborização com frutíferas, priorizando nativas, além de implantação de áreas de convivência;

Comunidade das Flores: participação e incidência da comissão de fiscalização da obra do canal do ABC na definição, execução e manutenção dos usos e formas de ocupação das margens do canal no trecho da comunidade.

Projeto-Piloto em Área de Preservação Permanente (APP)

Iniciamos um projeto-piloto de uso e ocupação de APP na Comunidade das Flores, no Recife, como estratégia de adaptação baseada na natureza e justiça socioambiental. A iniciativa envolveu **oficinas sobre áreas ribeirinhas e mobilizou principalmente mulheres, que formaram uma comissão para acompanhar as obras de urbanização do Canal do ABC.**

O grupo reivindicou a criação de espaços comunitários, como parque infantil, horta e área de convivência, além de fiscalizar a qualidade das intervenções e dialogar com órgãos municipais. **Como resultado, ajustes foram feitos no projeto para preservar áreas naturais e requalificar o mangue com plantio de árvores nativas.**

As obras foram paralisadas em setembro, e a comunidade segue pressionando a Prefeitura para sua retomada. **O projeto fortaleceu a organização comunitária, a liderança feminina e a luta contra o racismo ambiental, garantindo que as intervenções públicas respeitem os usos e necessidades locais.**

Assessoria às hortas comunitárias urbanas

No início do ano, distribuímos ferramentas e equipamentos, além de insumos como solo, esterco, sementes e mudas. Ao longo do ano, realizamos 106 encontros para **fortalecer a diversidade agrícola e aprimorar práticas agroecológicas.**

As atividades incluíram visitas técnicas, formações sobre manejo sustentável, autogestão da produção e distribuição das colheitas, além de debates sobre políticas públicas de agricultura urbana, direito das mulheres e eleições municipais. Três intercâmbios reforçaram o debate sobre justiça climática e direito à cidade, com destaque para o protagonismo feminino e estratégias de resistência e resiliência nos territórios.

As hortas agroecológicas têm desempenhado um papel essencial na vida das mulheres das comunidades, fortalecendo redes de reciprocidade, promovendo autocuidado e ampliando o conhecimento sobre ervas medicinais. Além de melhorar a alimentação local com uma produção diversificada voltada ao autoconsumo e doação, essas iniciativas influenciam mudanças de hábitos alimentares e cuidados com a saúde.

As hortas também se consolidam como **espaços de resiliência climática e resistência política comunitária, fundamentais diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas.** No âmbito da AUP RMR, a rede de mulheres periféricas tem se fortalecido, ampliando a participação feminina na luta por direitos básicos e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN). **Esse protagonismo tem potencializado a incidência política, promovendo o engajamento coletivo e a adoção de práticas agroecológicas que combatem a fome, contribuem para a justiça climática e integram temas como Direito à Cidade, Agroecologia e enfrentamento a desastres ambientais.**



O QUE FAZEMOS

Direitos das Mulheres

Avanços das Políticas

No ano de 2024, em relação às Políticas de Enfrentamento ao Feminicídio e Transfemicídio e Lesbocídio, no primeiro semestre foram realizadas **denúncias em relação às condições dos abrigos onde as mulheres se encontram em condições de vulnerabilidade e até com risco de morte**. As denúncias foram recebidas pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), presidida pela deputada Dani Portela (Psol). Como encaminhamento, os promotores das regiões citadas realizaram visitas aos abrigos e, em seguida, convocaram a Secretaria da Mulher do Estado para explicar e reparar essa condição.

Um dos resultados da Campanha Levante Feminista em Pernambuco é ter pautado junto ao Conselho Estadual da Mulher a necessidade de pressionar a Secretaria da Mulher para implementar políticas para as mulheres. Essa política se apresenta com uma gestão frágil, numa secretaria que em menos de 18 meses já teve duas secretárias; além do desmonte das equipes e coordenadoras de áreas que implementavam as políticas nas regiões, e a pausa da maioria dos projetos.

Formação e Incidência Política das Mulheres nos Territórios

As ações de formação, realizadas por meio de cursos e experiências práticas nos territórios, têm **fortalecido a incidência política das mulheres, ampliando sua participação em espaços comunitários, atos públicos, redes e fóruns feministas**. Observamos avanços significativos na auto-organização de mulheres em ocupações urbanas, costureiras, pescadoras e lideranças comunitárias, reforçando a importância da ação coletiva e articulada na defesa dos direitos das mulheres.

Além disso, **as pautas específicas dos grupos com os quais trabalhamos têm se consolidado, resultando na formulação de propostas mais estruturadas e em estratégias de incidência política mais definidas**. Esse movimento tem gerado desdobramentos importantes, especialmente nas agendas das pescadoras, costureiras e mulheres que atuam com agricultura urbana, soberania e segurança alimentar e nutricional.

Combate à Violência contra as Mulheres

Realizamos o Seminário sobre Violência contra as Mulheres, com os objetivos de:

1. **Criar um ambiente educativo e de cuidado para o compartilhamento de experiências**, promovendo um mapeamento dos diferentes tipos de violência vivenciados pelas mulheres em seus territórios e fora deles.
2. **Identificar e refletir sobre as expressões da violência e as estratégias de enfrentamento adotadas por organizações, movimentos e articulações** parceiras, contribuindo para um mapeamento coletivo da violência de gênero.
3. **Analisar os serviços públicos existentes, avaliando seus alcances e limitações, e definir estratégias e agendas coletivas** para a incidência política e o fortalecimento do enfrentamento à violência contra as mulheres nos territórios.



Costurando Direitos

No âmbito do Projeto “Costurando Moda com Direitos”, a FASE desempenhou um papel central na **elaboração do Projeto de Lei Ordinária Nº 001882/2024**, que propõe a Política Estadual de Fortalecimento das Costureiras em Facção de Pernambuco. O projeto, construído coletivamente no Grupo de Trabalho (GT) Direitos das Costureiras, foi apresentado na Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE) pelos mandatos de Rosa Amorim e João Paulo (PT) e Dani Portela (PSOL).

Atualmente em tramitação na ALEPE, o GT definiu como estratégia a mobilização e pressão sobre os(as) deputados(as) presidentes das comissões para garantir que o projeto avance e seja encaminhado para sanção da Governadora de Pernambuco.

O GT foi criado por iniciativa da FASE e conta com a participação de costureiras, organizações de mulheres parceiras do Fundo SAAP, SOS Corpo e representantes parlamentares (Dani Portela, Rosa Amorim, Tereza Leitão, João Paulo e Carlos Veras – PT). Essa articulação fortalece a luta pelos direitos das costureiras em facção, promovendo melhores condições de trabalho e reconhecimento da categoria.

Fruto dessa articulação, estivemos em Brasília com representantes das costureiras do polo de confecções do Agreste para uma agenda intensa de reuniões com diversos ministérios e parlamentares. Nosso objetivo foi dar visibilidade às condições precárias enfrentadas pelas costureiras e apresentar propostas de fortalecimento, como a **criação de cooperativas, acesso a crédito e a formulação de políticas públicas que garantam direitos para essas trabalhadoras essenciais**.

Encaminhamentos importantes:

- Audiência pública na Câmara para debater a situação das costureiras;
- Visita dos ministérios ao Polo do Agreste;
- Análise de projetos de lei para regulamentar a profissão;
- Foco no fortalecimento da organização coletiva das mulheres.



Direitos das Mulheres

“Estou aqui para falar da nossa precarização, pois não somos reconhecidas pelo nosso trabalho. Então, nós vamos em busca dos nossos direitos para que sejamos valorizadas. Enquanto o Polo cresce com riquezas, a gente trabalha, trabalha, trabalha e não somos reconhecidas”,

foi o grito de Eduarda Cavalcanti, mulher, jovem e costureira do Polo de Confecções de Caruaru, para o público que acompanhava a caminhada do 8 de Março do agreste.



Atuação e Mobilização das Mulheres nos Territórios

Ao longo do ano, **mantivemos as atividades de formação, apoio e mobilização das mulheres nos territórios, incentivando sua participação ativa em atos e eventos de incidência política.**

No 8 de março, Dia Internacional da Mulher, organizamos um encontro em nossa sede, reunindo 34 mulheres dos territórios em que atuamos. Após o encontro, seguimos juntas para o ato/passeata no Recife. No dia seguinte, 9 de março, promovemos o mesmo processo de mobilização para a realização de um ato público com as costureiras no centro de Caruaru.

No 25 de julho, apoiamos e mobilizamos mulheres para participarem do ato organizado pela Rede de Mulheres Negras de Pernambuco – "Julho das Pretas", que teve como principal pauta o aumento do número de mulheres negras assassinadas e o fim da violência contra mulheres negras.

No 25 de novembro, Dia Internacional de Luta Contra a Violência das Mulheres, mobilizamos mulheres para participarem do ato público realizado no centro do Recife.

As principais reivindicações foram:

- Ampliação dos serviços de atendimento às mulheres em todos os municípios do Brasil;
- Cumprimento da Lei Maria da Penha e fortalecimento das políticas públicas de proteção;
- Direitos reprodutivos, incluindo acesso a contraceptivos, educação sexual e aborto legal e seguro;
- Arquivamento da PEC 164/2012, conhecida como "PEC dos Estupradores";
- Revisão da jornada de trabalho 6x1 sem redução salarial e pela geração de mais empregos para mulheres;
- Sem anistia! Responsabilização de atos contra a democracia.

Essas mobilizações fazem parte das agendas históricas do movimento de mulheres, e nós da FASE temos apoiado diretamente, inclusive dando visibilidade às ações nos instrumentos de comunicação da FASE e nos canais de parcerias das ações coletivas onde atuamos.

Curso "Feminismos, Raça e Direito à Cidade"

A FASE Pernambuco promoveu o curso "Feminismos, Raça e Direito à Cidade", reunindo dezenas de mulheres periféricas para debater justiça socioambiental e direito à cidade.

A programação visitas guiadas a parques, permitindo a comparação entre a infraestrutura e as condições de moradia desse espaço e das comunidades das participantes. Foram discutidos temas como falta de saneamento, transporte, acesso ao lazer e o risco de despejos, destacando as desigualdades urbanas.

O curso fortaleceu a organização coletiva das mulheres na luta contra as injustiças socioambientais e pela garantia de direitos, reforçando a importância da mobilização para transformar realidades nos territórios periféricos.



“Nós, mulheres, somos discriminadas o tempo todo, e a FASE nos ajudou a ver que não somos o que a sociedade idealiza. Além disso, ter contato com outras mulheres é ótimo. Estamos em contato e nos fortalecendo”,

Eduarda Santos, moradora da comunidade Sapo Nu, localizada às margens da BR-232, no Curado.



PRESENÇA PÚBLICA DA FASE PE



Ato Criança Não é Mãe



8M em Caruaru



Colóquio Feminista



Seminário "Soluções Comunitárias Baseadas na Natureza: Conhecimentos para o Enfrentamento das Mudanças Climáticas"



Audiência Pública Placon



Lançamento Escola Marias



Reunião Solene Ocupe Estelita 10+



Audiência Pública sobre Despejos



Audiência Pública sobre Passarinho



Conferência das Cidades Cabo de Santo Agostinho



Seminário Mulheres, Plantas Medicinais e Agricultura Urbana: Construindo territórios de resistência



A Crise Climática e os desafios dos Territórios Pesqueiros

PRESENÇA PÚBLICA DA FASE PE



Ato do dia 25 de julho



Encontro de Gerações Negras da Comunidade Caranguejo Tabaiães



Lançamento do estudo "Com Sede de Esperança"



Seminário de Conjuntura do Nordeste: Construir o projeto democrático e popular nas eleições de 2024



Curso Caleidoscópico



V Encontro de Mulheres e Agricultura Urbana



Abertura do programa Jovens Multiplicadores Climáticos

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Participação ativa nos processos nacionais da FASE de construção de políticas institucionais

Aprofundamento em temas como resiliência e adaptação climática no contexto urbano, identificando melhor as etapas de construção dos conhecimentos a partir da vivência nas localidades e a necessidade de fortalecer e priorizar espaços de incidência coletiva na relação com os poderes públicos

Ênfase na agenda da sustentabilidade política e financeira da unidade

PARCERIAS

A FASE Pernambuco mantém seu compromisso com o fortalecimento dos sujeitos urbanos e suas agendas de incidência política e de fortalecimento de seus territórios e agendas de lutas pelo direito à cidade com justiça socioambiental, à segurança alimentar e nutricional e à agricultura urbana, pelo direito das mulheres e das juventudes em favor da igualdade de gênero e raça. Nesse sentido, mantemos e construímos novos laços com movimentos, coletivos e entidades da sociedade civil.

Promovemos a colaboração e fortalecimento de entidades, movimentos e coletivos que compartilham nossa visão de construir uma sociedade mais justa e equitativa. Através do uso de nossa sede para atividades diversas, oferecemos apoio estrutural e logístico a organizações que buscam promover os direitos humanos. Juntas e juntos, tornamos a sede da FASE um espaço onde ideias e ações convergem para fortalecer o tecido social e impulsionar iniciativas transformadoras.



Nas mídias

Algumas publicações

REVISTA CASA COMUM - BEM
VIVER NAS CIDADES

COSTURANDO MODA COM DIREITOS
EM PAUTA NA ALEPE

DIREITO À CIDADE COM JUSTIÇA
SOCIOAMBIENTAL

URBANISTAS APONTAM ERROS DE
PROJETO EM PARQUE ALAGÁVEL ÀS
MARGENS DO RIO TEJIPIÓ

NO RECIFE, PARQUES ALAGÁVEIS PARA
CRISE DO CLIMA AMEAÇAM 40
COMUNIDADES DE DESPEJO

“É ESCRAVIDÃO”, DENUNCIAM
COSTUREIRAS DE POLO TÊXTIL
NO NORDESTE

COMO CIDADES PERNAMBUCANAS
ESTÃO SE PREPARANDO PARA O PERÍODO
DE CHUVAS NA REGIÃO.

Posicionamentos

Em artigos, análises e vídeos

(DES) POLÍTICA HABITACIONAL OU A
PROMOÇÃO DE INFRAESTRUTURA COMO
MÁQUINA DE DESPEJOS NO RECIFE:
BARREIRAS E OPORTUNIDADES PARA
RESISTÊNCIA

VIOLAÇÕES AO DIREITO À COMUNICAÇÃO
LIMITAM A LUTA POR JUSTIÇA
SOCIOAMBIENTAL

ATRÁS DA PORTA

Cartas públicas

CARTA COMPROMISSO AGRICULTURA
URBANA AGROECOLÓGICA E PESCA
ARTESANAL URBANA PARA A
SEGURANÇA ALIMENTAR NA REGIÃO
METROPOLITANA DO RECIFE



ACOMPANHE A FASE PERNAMBUCO

   @ongfase

 /fase educação e solidariedade